FUNDAÇÃO AGA KHAN
Portugal

RELATÓRIO E CONTAS 2020

A Fundação Aga Khan é uma agência da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento.

FICHA TÉCNICA
Título: Relatório e Contas 2020
Autoria: Fundação Aga Khan Portugal.
Fotografia de capa: Fundação Aga Khan Portugal
Edição: junho, 2021

Índice

ACRÓNIMOS 6
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2020 9
FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL 9
PERSPETIVA GERAL DOS PROGRAMAS 10
SOCIEDADE CIVIL 10
INCLUSÃO ECONÓMICA 13
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA 15
EDUCAÇÃO 17
PERSPETIVAS DE FUTURO EM PORTUGAL 20
A FUNDAÇÃO AGA KHAN EM MOÇAMBIQUE 21
AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR 22
SOCIEDADE CIVIL 23
SAÚDE E NUTRIÇÃO 25
PERSPETIVAS DE FUTURO EM MOÇAMBIQUE 27
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 27
BALANÇO 28
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA 29
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 30
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 31
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 32
Nota 1. Identificação da Entidade 32
Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 32
Nota 3. Principais políticas contabilísticas 33

Nota 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 39

Nota 5. Ativos fixos tangíveis 39

Nota 6. Estado e outros entes públicos 40

Nota 7. Outros créditos a receber 41

Nota 8. Fornecedores 41

Nota 9. Diferimentos 41

Nota 10. Outros ativos financeiros e Caixa e depósitos bancários 42

Nota 11. Fundos patrimoniais 42

Nota 12. Outras dívidas a pagar 43

Nota 13. Vendas e serviços prestados 44

Nota 14. Subsídios, doações e legados à exploração 44

Nota 15. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas 48

Nota 16. Fornecimentos e serviços externos 48

Nota 17. Gastos com o pessoal 49

Nota 18. Outros rendimentos 51

Nota 19. Outros gastos 51

Nota 20. Juros e rendimentos similares obtidos 52

Nota 21. Partes relacionadas 52

Nota 22. Compromissos e Contingências 53

Nota 23. Acontecimentos após a data do balanço 53

Nota 24. Proposta de aplicação do resultado líquido do período 53

ANEXOS
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

ACRÓNIMOS

AC – Agricultura de Conservação

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACS – Agentes Comunitários de Saúde

AKDN – Rede Aga Khan para o Desenvolvimento

AKF – Fundação Aga Khan

AKF Prt – Fundação Aga Khan Portugal

AKFM – Fundação Aga Khan Moçambique

AKES – *Aga Khan Education Services* / Serviços Aga Khan para a Educação

AML – Área Metropolitana de Lisboa

APEI – Associação de Profissionais de Educação de Infância

CAF – Comunidade Autofinanciada

CBSG – *Community-Based Saving Groups* / Grupos Comunitários de Poupança

CCC – Conselhos de Coordenação pré-escolar de base Comunitária

CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCS Global Fund – Centro de Colaboração em Saúde Global Fund

CDA – Comités de Desenvolvimento da Aldeia

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CIOS – Centro Infantil Olivais Sul

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego

CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CML – Câmara Municipal de Lisboa

COrE – Centro Consultivo de Negócios de Cabo Delgado

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRSP (M) – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural no Litoral de Cabo Delgado – Moçambique

DGE – Direcção-Geral de Educação

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DPI – Desenvolvimento da Primeira Infância

DT – *Design Thinking*

ECD – Programa de Educação e Desenvolvimento da Infância

FAMI – Fundo Asilo, Migrações e Integração

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

FEINPT – Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros

GABIP – Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária

GE – *Global Encounters*

HCD – *Human Centered Design*

IABil – Instituto Agrícola de Bilibiza

IAC – Instituto de Apoio à Criança

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INR – Instituto Nacional de Reabilitação

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada

I**SS, IP** – Instituto da Segurança Social

J&J – Johnson & Johnson

K'CIDADE – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano

ME – Ministério da Educação

MIAD – *Multi-input Area Development*

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

OCA – *Organisational Capacity Assessment* / Avaliações de Capacidade Organizacional

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PEEA – Programa Nacional de Educação Estética e Artística

PIC – Projetos de Inovação Comunitária

PIPL – Programa Integrado de Promoção da Literacia

PLF – Programa de Literacia Familiar Conto Contigo

PSAKFE – *Prince Sadruddin Aga Khan Fund for the Environment*

REC – *Rights, Equality and Citizenship* (Programa de financiamento Europeu)

REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural

RES – Rede de Empregabilidade de Sintra

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SNC-ESNL – Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo

SPARC – *Advancing Sexual and Reproductive Health for Women and Girls in* Cabo Delgado

SSR – Saúde Sexual Reprodutiva

TIS – Título de Impacto Social

VDO – *Village Development Organisations* / Organizações de Desenvolvimento de Aldeia

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2020

FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL

A **Fundação Aga Khan (AKF)** é uma agência da **Rede Aga Khan para o Desenvolvimento (AKDN),** que reúne um conjunto de instituições que contribuem para a melhoria das condições e da qualidade de vida de populações desfavorecidas, em regiões específicas do mundo, independentemente da sua origem, género ou religião. A AKF está presente **em Portugal desde 1983**, inicialmente como uma sucursal da AKF constituída ao abrigo do direito Suíço e com sede em Genebra, o que veio a ser alterado em 1996 quando foi constituída e reconhecida pelo Decreto-Lei nº 27/96, de 30 de Março como Fundação Portuguesa, com a denominação Fundação Aga Khan Portugal (AKF Prt), com o estatuto de pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública. Atendendo à atividade concretamente desenvolvida pela AKF Portugal, justificou-se a sua equiparação a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

A Fundação Aga Khan reúne recursos humanos, financeiros e técnicos para apoiar algumas das comunidades mais marginalizadas de Portugal, particularmente em Lisboa e no Porto. O portfólio visa conceber, experimentar e escalar soluções de investigação-ação para abordar algumas das prioridades críticas para o país, incluindo as necessidades de grupos linguística e culturalmente diversos, a lacuna nas normas para a educação dos primeiros anos e os desafios de uma população cada vez mais envelhecida.

As principais fontes de financiamento da Fundação são as contribuições e donativos efetuados por Sua Alteza o Aga Khan, juntamente com o cofinanciamento mobilizado através de propostas apresentadas a organizações governamentais (incluindo autarquias), instituições europeias, bem como a outras instituições e fundações nacionais e internacionais, para o desenvolvimento de projetos de inovação comunitária.

A Rede Aga Khan para o Desenvolvimento tem uma representação em Portugal, conforme Protocolo de Cooperação celebrado entre o Governo da República Portuguesa e o Imamat Ismaili publicado no DR – I Série A, de 15 de março de 2006. Nesse sentido a Representação da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento em Portugal procura estreitar relações não só com o Governo de Portugal, mas também com outras representações diplomáticas e organismos nacionais e internacionais, para facilitar a melhor concretização dos programas, acordos ou colaborações das agências da AKDN em Portugal, ou fora de Portugal, assim como o bom estabelecimento das agências que ainda não se encontram a funcionar em Portugal. Entre outras atividades, a AKDN procura prosseguir ou dar início à materialização das iniciativas do Protocolo de Cooperação referido no parágrafo anterior, incluindo a sua carta anexa, bem como do:

- Protocolo Internacional de Cooperação entre o Imamat Ismaili e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal;
- Protocolo de Cooperação entre a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento;
- Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Imamat Ismaili;
- Acordo entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili;
- Memorando de Entendimento entre a Universidade Aga Khan e a Universidade Católica Portuguesa;
- Acordo entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili para o Estabelecimento da Sede do Imamat Ismaili em Portugal;

- Protocolo de Cooperação em Ciência e Tecnologia assinado entre o Imamat Ismaili e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para o lançamento de uma iniciativa conjunta destinada ao fortalecimento da cooperação académica, científica e tecnológica com países e regiões em desenvolvimento por um período de 10 anos através da atribuição de bolsas de investigação em Portugal e em Países de Língua Portuguesa em África – *Research Initiative*.

A AKDN procura igualmente apoiar a Fundação Aga Khan na coordenação com órgãos de soberania e governamentais e colaborar com parceiros institucionais, como o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, e o Centro Norte Sul do Conselho da Europa, entre outros.

PERSPETIVA GERAL DOS PROGRAMAS

Nº total de pessoas abrangidas (2020)	71,694 pessoas (17% M; 30%F; 53% desconhecido)	
Nº total de staff (2020)	106 (18 M, 88 F)	
Valor total do orçamento dos programas (2020)	$4.13 milhões (2,5% do orçamento global da AKF em todo o mundo)	
Regiões (2020)	Lisboa (53%) Nacional (45%)	Porto (2%)
Temas	Sociedade Civil (42%) Educação e Desenvolvimento da Infância (37%)	Inclusão Económica (15%) Educação (6%)
Principais parceiros financiadores (2020)	Fundos internos (40%) Governo Portugal (33%) Financiadores privados (7%)	Comissão Europeia (7%) Johnson & Johnson (5%) Município de Oeiras (5%)

SOCIEDADE CIVIL

Principais desafios

Desafio 1: Insuficiente colaboração entre a sociedade civil e outras organizações «chave»

- Insuficiente colaboração entre organizações da sociedade civil, autoridades locais e outros *stakeholders*; os esforços conjuntos orientados para a avaliação das necessidades, planeamento e implementação de estratégias e soluções são escassos, o que conduz a uma visão pouco integrada para as intervenções nos territórios.

Desafio 2: Baixa representatividade de pessoas com percursos migratórios e de jovens com vulnerabilidades nos fóruns de decisão ou no desenho de soluções

- Tanto os recém-chegados a Portugal como os jovens em situação de maior vulnerabilidade, carecem de oportunidades para expressar as suas necessidades e de dar voz às suas ideias, através de fóruns participativos, na comunidade. Este cenário conduz à conceção de políticas e de serviços que não representam nem são ajustados às necessidades de uma comunidade diversa.

Desafio 3: Uma população envelhecida

- A pessoa sénior carece, frequentemente, de voz e representação nos processos de tomada de decisão relacionados com políticas e programas públicos. A prestação de cuidados às pessoas mais velhas, carece de uma abordagem específica, sendo que não existem recursos suficientes para apoiar os cuidadores formais e informais. Os seniores têm sido particularmente afetados pela pandemia da Covid-19, no que se refere ao isolamento social e à vulnerabilidade à doença.

Principais Iniciativas

Iniciativa 1: Promover a colaboração comunitária

Reunir representantes dos sistemas de saúde, educação, segurança social, da sociedade civil e das autoridades locais, bem como, representantes de comunidades linguística e culturalmente diversas, para procurar soluções que respondam às necessidades existentes e que reforcem o planeamento e a ação coletiva.

Em 2020, foram produzidos, em tempo recorde, vários recursos relacionados com a prevenção da Covid-19, reunindo representantes de vários grupos linguísticos (nepalês, hindi, bengali e urdu) e profissionais do serviço nacional de saúde:

- Lista de critérios de exequibilidade para o isolamento domiciliário (para avaliar a necessidade de quarentena em instalações específicas);
- Folhetos informativos (ex. 10 dicas de isolamento e prevenção, recomendações para quem partilha uma casa);
- Vídeos informativos produzidos por representantes de diferentes grupos linguísticos.

Para além do que antecede, foram desenvolvidos outros recursos e atividades, nomeadamente:

- Uma ferramenta, intitulada My Own Tips, que foi utilizada por 1,450 pessoas, na aprendizagem autónoma de uma nova língua. Foi desenvolvida em parceria com representantes de diferentes grupos linguísticos, ao abrigo do FAMI – Fundo de Apoio às Migrações.
- Um livro de histórias bilingue (nepalês e português) intitulado वर्षापछि इन्द्रेणीआउँछ। Depois da Chuva chega o Arco-Íris. O livro resulta de um processo de co-criação a várias mãos e estilos, de um grupo de pessoas de diversas origens, que partilham uma visão de sociedade cosmopolita, baseada na amizade. O livro já chegou a mais de 2,100 pessoas.
- Um curso de formação (que começou em 2019 e terminou em outubro de 2020) sobre Círculos de Diálogo – para apoiar o trabalho de profissionais de diversas áreas com cidadãos de outras culturas e línguas – foi ministrado a 16 profissionais de 12 organizações da sociedade civil, autarquias e centros de saúde, da grande Lisboa, pelo BeKi (*Berliner Kita-Institut für Qualitätsentwicklung*), um parceiro de longa data da AKF global. Todos/as os/as participantes mencionaram ganhos pessoais e apontaram benefícios da formação para o seu trabalho.
- O lançamento do projecto DiversITy (financiado pelo Programa «Parcerias para o Impacto») que irá apoiar a produção de recursos para apoiar a navegação de pessoas de origens diversas e percursos migratórios, pelo sistema de saúde e melhorando a sua literacia em saúde.
- Ferramentas e recursos práticos para promover diversidade e inclusão, em entidades empregadoras, produzidos no âmbito do projeto transnacional Diversity@Work, financiado pelo Programa Europeu REC – *Rights, Equality & Citizenship*. Estas ferramentas incluem um curso em *blended-learning* que, com outros recursos, foram testados por 204 pessoas, de 117 organizações em 10 países europeus, e já utilizados em formação, por mais 104 profissionais de RH de 23 organizações dos sectores público, empresarial e sem fins lucrativos, em Portugal.
- A 1ª edição de um curso de pós-graduação *online*, com duração de 10 meses, em Desenvolvimento Local Colaborativo, com a Universidade Católica do Porto e a União de Juntas de Freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, que atraiu 23 profissionais de todo o país.

Outras realizações:

- Os seis planos de ação dos CLDS (contratos locais de desenvolvimento social) liderados pela AKF Portugal, foram formalmente aprovados pelo Instituto da Segurança Social. No final do primeiro ano de execução, os 6 CLDS de Lisboa e Sintra atingiram 1,791 beneficiários, mobilizaram 194 organizações parceiras, apresentando uma taxa de conclusão de 95,5%, apesar das circunstâncias adversas.
- As AKF Talks – *Global Trends that will shape the Future of Society* – #GoOnline, um ciclo de eventos *online* lançado em parceria com a Unidade de *Foresight* e Reforma de Políticas, na Direção de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE, e a graciosa colaboração da Eupportunity. As duas sessões de 2020 (O futuro da Economia Social e Desburocratizar a Sociedade Civil) envolveram 170 profissionais.
- Sob os auspícios do Programa Europeu para a Integração e Migração (EPIM), a Fundação Calouste Gulbenkian, a AKF Portugal e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) realizaram uma série de quatro intercâmbios transnacionais online sobre o tema *Rethinking Inclusion*, tendo em vista valorizar experiências e contributos de pessoas com percursos migratórios, requerentes de asilo e refugiados, para as sociedades europeias. Estes eventos envolveram 140 participantes.

Iniciativa 2: Apoio à participação dos jovens em zonas urbanas em crise

- Estimular parcerias entre jovens vulneráveis e profissionais de organizações da sociedade civil, serviços públicos e organismos de governação local para desenvolver novas oportunidades, espaços e abordagens, para que os jovens se envolvam em ação coletiva.

No âmbito do projeto On Oeiras, 48 facilitadores comunitários (jovens vulneráveis de várias origens e bairros), estiveram envolvidos em atividades de formação sobre como conceber, desenvolver e avaliar projetos de inovação comunitária (PICs). Os participantes desenvolveram 21 PICs, beneficiando mais de 4,400 membros da comunidade.

Iniciativa 3: Apoio à população sénior

- Utilizar metodologias participativas como o *Human Centered Design* para influenciar serviços e orientar políticas destinadas aos cidadãos seniores, proporcionando oportunidades para que estes participem em fóruns de tomada de decisão tais como conselhos consultivos ou fóruns públicos. Isto inclui a melhoria do acesso e proficiência das pessoas mais velhas, na utilização de recursos digitais para ajudar a reduzir o isolamento social, bem como, a melhoria do acesso dos cuidadores a recursos georreferenciados e outros recursos através de uma plataforma digital.

No âmbito do Programa dos Seniores - cofinanciado pela Fundação J&J e pela Janssen Portugal - a AKF Portugal, em 2020:

- Coorganizou uma edição do Fórum Sénior de Sintra sobre o impacto do Covid-19, um fórum online envolvendo mais de 80 participantes, dos quais 46 com mais de 65 anos. O evento foi uma das iniciativas previstas no âmbito do Plano Municipal para o Envelhecimento Ativo, Inclusivo e Saudável (PMEASI), reunindo seniores, decisores e representantes de organizações locais. Estes fóruns são espaços onde os cidadãos 65+ podem participar voluntariamente, certificando-se de que as suas vozes são ouvidas por um vasto leque de *stakeholders*.

- Trabalhou, em conjunto com a Câmara Municipal de Sintra, para aproximar a "revolução digital" dos cidadãos seniores, para que estes possam comunicar melhor e permanecer em contacto com as respetivas famílias e amigos, durante este período de isolamento sem precedentes. A AKF Prt tem apoiado grupos de seniores a tornarem-se mais proficientes na utilização de recursos e canais digitais, através de atividades de formação e produção de tutoriais de apoio ao utilizador.
- Desenvolveu e lançou, de forma colaborativa, a plataforma «Ser Maior», uma plataforma virtual de partilha de conhecimentos dirigida quer a seniores quer a cuidadores formais e informais. Fornece informação sobre recursos institucionais georreferenciados, conhecimentos científicos sobre envelhecimento e longevidade e exemplos de autocuidado e prestação de cuidados, com qualidade.
- Lançou um estudo sobre o perfil dos cuidadores informais e familiares de seniores, abrangendo uma amostra total de 400 pessoas a nível nacional, que será concluído em 2021.

INCLUSÃO ECONÓMICA

Principais desafios

Desafio 1: Índices elevados de desempego entre os jovens mais vulneráveis

- Os jovens, particularmente os menos qualificados e com origens diversas, carecem de oportunidades de emprego de qualidade.

Desafio 2: Acesso limitado a ofertas de formação alinhadas com as necessidades do mercado

- Muitos jovens carecem da escolaridade, qualificações profissionais e experiência profissional exigidas pelo mercado de trabalho.

Desafio 3: Barreiras ao empreendedorismo imigrante

- Os requisitos burocráticos e fiscais relacionados com as empresas, colocam desafios aos empresários com percursos migratórios.

Principais iniciativas

Iniciativa 1: Redes para a Empregabilidade

- Redes de *stakeholders* envolvidos na formação profissional, prospeção do mercado e colocação em emprego, e também de criação de emprego, que procuram aumentar os níveis de educação, requalificar trabalhadores e construir parcerias e colaborações, a fim de aumentar a empregabilidade.

As Redes para a Empregabilidade de Lisboa reúnem 143 organizações (empregadores, organismos públicos e organizações da sociedade civil) e servem um total de 17,300 desempregados. Em 2020, foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, o 4º protocolo do Programa RedEmprega Lisboa, gerido pela Associação Portuguesa de Emprego Apoiado (APEA) em parceria com a AKF Portugal. O IV fórum online da RedEmprega Lisboa reuniu 65 participantes das 7 Redes de Empregabilidade de Lisboa e, através de dinâmicas de "Human Centered Design" (HCD), impulsionou um processo criativo dando origem a novas soluções para o desafio da requalificação e conexão dos trabalhadores afectados pela Covid-19, com as oportunidades de empregos mais adequadas ao seu perfil. As soluções transformar-se-ão em projetos a ser desenvolvidos localmente, financiados pelo Programa RedEmprega. Disponibilizamos um pequeno vídeo sobre o Programa RedEmprega, aqui.

A Rede de Empregabilidade de Sintra (RES), disponibilizou uma sessão "*online*" dirigida aos *front-offices* das organizações que apoiam a procura de emprego, no sentido de esclarecer os procedimentos de *lay-off*, envolvendo 16 participantes de diferentes organizações. A sessão plenária da RES destacou os desafios com que os parceiros se têm confrontado, para reforçar as estratégias de *job-matching* e para tornar mais claros os impactos da Covid-19 na empregabilidade das pessoas em situações mais vulneráveis.

Iniciativa 2: Competências para a empregabilidade

- Reduzir o hiato entre as competências e as exigências do mercado de trabalho, através do desenvolvimento de competências sociais, técnicas e digitais de jovens em situação de vulnerabilidade, no sentido de fortalecer a sua competitividade, no mercado de trabalho.

Na sequência do modelo de formação "*Code4All*", desenvolvido em 2019, em Sintra, para aumentar os conhecimentos de programação de jovens em situação de vulnerabilidade, a Câmara Municipal voltou a apostar no alargamento desta abordagem, a mais 240 participantes, até 2023, contando com a AKF Prt para desenvolver as parcerias locais mais adequadas à sustentabilidade da intervenção. O projeto *Bytes4Future* (no âmbito do programa Parcerias para o Impacto) foi iniciado em 2020 e 29 participantes foram selecionados para iniciar a primeira ação de capacitação, em 2021.

Iniciativa 3: Apoio a cooperativas de artesãos e artesãs no âmbito das indústrias criativas

- Apoiar cooperativas de artesão com percursos migratórios, criando uma marca coletiva, colocando no mercado produtos inspirados em saberes artesanais e nas suas heranças culturais e agilizando os circuitos de comercialização.

Desde 2018, esta abordagem proporcionou a 571 empreendedores de diversas origens, a oportunidade de desenvolverem competências específicas, ao mesmo tempo que produziam bens e produtos e os colocaram no mercado (e com geração de rendimento). Em 2020, cerca de 35 participantes envolveram-se na produção de mais de 5,000 toucas, protecções para os pés e máscaras, para responder às encomendas efectuadas pelo Centro Hospitalar de Lisboa, pelas Câmaras Municipais de Lisboa e Sintra e pelo Centro Infantil de Olivais Sul, demonstrando que é possível aliar a geração de rendimento à resposta a necessidades sociais prementes. No âmbito o «Programa Parcerias para o Impacto» pretende-se, agora, desenvolver e divulgar o *Up Start* (aprovado em 2020), um modelo de constituição de cooperativas de artesãos com percursos migratórios, capitalizando os seus saberes artesanais e heranças culturais, ensaiando circuitos económicos locais, mais curtos, com sustentabilidade financeira. Em 2020, 15 empreendedores iniciaram um workshop de desenvolvimento de produtos, já com ligações ao mercado.

A AKF Portugal foi convidada pela Câmara Municipal de Lisboa aliar-se e a patrocinar o *Programa Smart Open Lisboa (SOL) Tomorrow*, liderado pela *Beta-i*, uma *start-up* em inovação. A SOL é uma operação que funciona integralmente à distância, tendo em vista produzir resultados em curto espaço de tempo, de forma a resolver os desafios sociais e económicos específicos enfrentados pelo município, pelos cidadãos e pelas empresas, na sequência da Covid-19. Após duas vagas de convites, foram seleccionadas 23 *start-ups* que se encontram a trabalhar com parceiros locais, para redefenir os projectos que potencialmente melhor respondam aos desafios que Lisboa e a sua diversidade de cidadãos enfrentam.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA

Principais desafios

Desafio 1: Serviços limitados para as idades 0-3

- Baixa cobertura (51%), acesso e investimento em educação, saúde e cuidados pré-natais, para crianças dos 0 aos 3

Desafio 2: Acesso limitado a serviços de educação de infância de qualidade

- Falta generalizada de serviços holísticos, de alta qualidade e economicamente acessíveis, de educação de infância

Desafio 3: Literacia familiar limitada

- Práticas de leitura familiar e utilização dos recursos de leitura disponíveis pouco desenvolvidos, especialmente entre as comunidades mais vulneráveis.

Principais iniciativas

Iniciativa 1: Centro Infantil de Olivais Sul

- O Centro Infantil de Olivais Sul (CIOS) é um «laboratório vivo» de aprendizagem e partilha de conhecimentos inspiradores, com *spin-offs* nacionais, por exemplo, no âmbito da literacia emergente, da literacia familiar, da formação de formadores em pedagogias participativas, do programa de apoio à parentalidade e da Rede de Escolas para a Educação Intercultural (em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações).

Este ano foi particularmente desafiante para o CIOS, com a situação da Covid-19. Todas as medidas de prevenção e resposta, foram colocadas em vigor desde meados de fevereiro de 2020:

- um plano de contingência concebido, comunicado e implementado, incluindo orientações relevantes, fluxo de procedimentos de reação a casos confirmados e de rastreio de contactos.
- um plano para disponibilizar serviços de educação às crianças em casa, acompanhando as necessidades das famílias mais vulneráveis, juntamente com medidas de gestão para garantir a sustentabilidade e as condições de reabertura, depois de levantado o 1º período confinamento. Foram desenvolvidos quatro tipos de intervenções: a) apoio à aprendizagem das crianças a partir de casa; b) apoio parental / familiar; c) formação online para centros infantis e outras organizações e profissionais; d) desenvolvimento / produção de conteúdos de recursos técnicos ou de formação. Uma das iniciativas que teve início em março de 2020, foi o lançamento de um boletim quinzenal, para manter as famílias e as crianças «sintonizadas» com o CIOS e a equipa.
- Todos os dispositivos e materiais de proteção (descontaminação de instalações e proteção individual de profissionais e de crianças) foram atempadamente disponibilizados para a reabertura, sem comprometer a qualidade pedagógica.
- Foi enviado um questionário a todas as 167 famílias do CIOS, com uma taxa de resposta de 72,8% (120). Embora 52% das famílias inquiridas mostrassem algum receio quanto à ideia de trazer os seus filhos de volta ao Centro, o nível geral de satisfação com a prestação de apoio remoto, numa escala de extremamente insatisfeito (1) a extremamente satisfeito (5), foi elevado, com quase 66% das famílias a pontuarem 4 e 5. Para mais pormenores, por favor consulte o relatório aqui. Foi produzido um guia para apoiar as famílias, neste processo.

A exposição anual do Centro Infantil Olivais Sul celebrou as experiências da comunidade educativa em 2020, levando o visitante através de um *continuum* de processos relacionais, colaborativos e transformacionais, que coexistiram ao longo do ano, com imprevistos, inquietações e preocupações. Foi também disponibilizada uma visita virtual à exposição.

Iniciativa 2: Rede 0-9

- Mobilizar os *stakeholders* da Rede 0-9 a promover pedagogias e abordagens participativas tendo em vista melhorar a qualidade das oportunidades de aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento geral das crianças, desde o pré-natal até aos nove anos de idade.

Em 2020, as realizações mais relevantes foram as seguintes:

- Série de 5 *webinars* sobre Gestão do Stress e Ajustamento Psicológico Familiar perante a Covid-19 envolvendo mais de 100 participantes, nomeadamente, *staff* da AKF Prt e CIOS, famílias, parceiros locais, e profissionais.
- A edição do *e-book* Co-construindo práticas educativas na creche familiar, contendo práticas educativas e reflexões e contribuindo para formação contínua de profissionais e para a inovação nos serviços, na sequência de um Seminário sobre o tema, realizado em 2019.

Iniciativa 3: Literacia emergente e literacia familiar

Formação de professores e de professores bibliotecários, para apoiar pais, famílias e crianças na melhoria das suas competências de leitura e escrita, para além da promoção do desenvolvimento profissional de educadores de infância e de professores do ensino primário, através de abordagens comprovadas pela investigação. Em 2020, as realizações mais relevantes foram as seguintes:

- Conclusão do segundo ano do Título de Impacto Social (TIS) "Programa Integrado de Promoção da Literacia" (PIPL). O PIPL é o primeiro TIS desenvolvido na área da educação, em Portugal. A AKF Portugal é o investidor social e corresponsável pela sua implementação, numa parceria com a Associação de Profissionais da Primeira Infância (APEI) e o ISPA, o parceiro científico. Trata-se de um programa de investigação-ação que visa melhorar em 30% as competências de leitura e escrita das crianças do pré-escolar e do 1º ano de escolaridade, contribuindo para o sucesso escolar e reduzindo o risco de retenção no 2º ano. O Ministério da Educação é responsável por incorporar os resultados e aprendizagens nas políticas públicas. O PIPL atingiu 92 professores e 1,569 alunos no total, evidenciando um aumento de 58,2% nas competências de leitura das crianças da amostra (em 2020).
- O "Conto Contigo" é um programa de literacia familiar, concebido para bibliotecas públicas e escolares, e organizações da sociedade civil ou outras organizações que trabalhem com famílias. O seu objetivo é fomentar as competências parentais para apoiar o desenvolvimento da literacia emergente em crianças em idade pré-escolar (5-6 anos), e destina-se predominantemente a famílias com percursos migratórios ou em risco de exclusão económica, social ou cultural. As principais realizações de 2020 incluem:
- Sessões de formação *online* dirigidas a professores bibliotecários a nível nacional, para implementar o Programa de Literacia Familiar «Conto Contigo» (no âmbito do protocolo da AKF Prt com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE).
- Um *webinar* com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivo e das Bibliotecas (DGLAB), para reforçar a importância e o papel das bibliotecas e do Programa «Conto Contigo», na promoção das capacidades emergentes de literacia das crianças, um fator chave para o sucesso na aprendizagem da escrita e da leitura e, consequentemente, o sucesso na escola.

- 6 novos planos de sessão “Conto Contigo”, disponíveis para os facilitadores, como recurso para trabalhar com as famílias sobre as competências emergentes de alfabetização. Um dos planos de sessão acessível aqui.
- O lançamento do projeto de investigação-ação «Leitura Mediada de Literatura Infantil Culturalmente Responsiva», com a duração de 3 anos, com o objetivo de formar 60 professores bibliotecários, para o desenvolvimento de competências sócio emocionais – como a empatia intercultural – de 720 crianças do 4º ano. A intenção é a de reforçar a consciência da diversidade no seio da comunidade escolar, impulsionando a utilização da literatura infantil para favorecer o sentimento de reconhecimento e apreciação da sua própria cultura, por cada criança, ao mesmo tempo que estimula uma perceção cada vez mais positiva da identidade étnica.

EDUCAÇÃO

Principais Desafios

Desafio 1: Evidências científicas insuficientes, para informar processos de decisão ao nível das escolas e das políticas

- Existem poucas evidências científicas, ao nível local, que demonstrem o valor das pedagogias participativas, da representação e co-representação dos aprendentes, e da forma como a participação melhora as práticas organizacionais e as políticas, tendo em vista assegurar a qualidade e o acesso equitativo a todos os alunos ao ensino.

Desafio 2: Ambientes escolares que requerem uma perspetiva plural

- Os ambientes escolares nem sempre são inclusivos e equitativos, exigindo um mais adequado alinhamento pedagógico das escolas nacionais, de forma a melhor preparar os alunos para um mundo e um mercado de trabalho em mudança.

Desafio 3: Assimetria nos resultados holísticos de aprendizagem

- As taxas de retenção e de abandono escolar precoce são críticas em territórios urbanos, especialmente entre alunos migrantes ou com percursos de migração.

Principais Iniciativas

Iniciativa 1: Schools 2030 (SC2030)

- Um programa global de investigação-ação focado na melhoria das aprendizagens das crianças, com duração de 10 anos, baseado em 1,000 escolas de dez países. Usando os princípios do “Human Centered Design” (HCD) e abrangendo especialmente os grupos etários de transição entre ciclos escolares, ou seja 5, 10 e 15 anos de idade, o programa SC2030 irá produzir anualmente 1,000 soluções educativas localmente desenvolvidas, suscetíveis de poder informar, inspirar e transformar abordagens sistémicas, com impactos positivos nos resultados holísticos de aprendizagem de todos os alunos. A iniciativa também inclui a educação de infância, através da inclusão de uma coorte de crianças da pré-primária (com 5 anos), bem como, intervenções para equipar os jovens com competências para a empregabilidade (15 anos).

Portugal é um dos dez países envolvidos no programa longitudinal de investigação-ação da AKF, para identificar os principais «ingredientes» da construção da escola do futuro. A meta nacional é a de mobilizar 100 agrupamentos de escolas por ano, começando pelos territórios mais vulneráveis, com altas taxas de abandono escolar precoce, e exclusão social. Ao longo

de 2020, devido ao confinamento associados à Covid-19, o Programa SC2030 foi ajustado à realidade do ensino a distância, organizando a estrutura de liderança global e nacional, identificando os parceiros científicos para construir ferramentas de avaliação a adotar para cada uma das coortes, recrutando o coordenador nacional do Programa, adaptando recursos de HCD para o ambiente virtual, desenvolvendo o processo de formação das equipas nos 10 países participantes e traduzindo para português, a "Caixa de Ferramentas", o "Guia do Mediador" e "Guia do Orientador Escolar".

Dois *spin-offs* importantes, do SC2030, ocorreram durante 2020:

- a reunião inicial do projeto da Lego Foundation, para pilotar e testar ferramentas de aprendizagem através do jogo (Learning through Play – LtP) para crianças em idade pré-escolar e primária, e sua contribuição para o desenvolvimento holístico de competências. O projecto estará em execução no Quénia, Uganda, Portugal e Tajiquistão até dezembro de 2023.
- a reunião com a OAK Foundation, um dos parceiros financiadores do SC2030 durante os próximos 3 anos, para informar sobtre o trabalho realizado durante a Covid-19. A AKF Portugal, Índia e Quirguistão foram convidados a partilhar o seu trabalho, com bons resultados.

Iniciativa 2: Rede de Escolas para a Educação Intercultural

- Uma rede que apoia a partilha de práticas de educação intercultural entre 48 agrupamentos de escolas (279 estabelecimentos de ensino público, privados ou cooperativos) e incentiva o respeito pelas diferenças e as interações positivas entre alunos e outros membros da comunidade educativa, independemente das suas origens.

Os recursos sobre equidade e participação produzidos pela AKF Prt nos últimos anos, para cimentar a compreensão do pluralismo através da educação, foram introduzidos na Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI) - uma iniciativa nacional liderada conjuntamente pela Direção-Geral da Educação (DGE), o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e a AKF Portugal. Desde 2016, a AKF Prt tem trabalhado com 18 agrupamentos, na Grande Lisboa, abrangendo cerca de 3,500 alunos e 33 profissionais por ano. Em 2020, a REEI envolveu 47 agrupamentos de escolas, atingindo 16,012 alunos e 2,100 profissionais, espalhadas por todo o país.

A AKF Portugal editou uma nova publicação sobre estratégias de cooperação para apoiar a aprendizagem do português, através de outras áreas curriculares. Esta brochura – desenvolvida no âmbito do *FAMI – Fundo de Apoio às Migrações* - foi co-produzida por professores do 3.º ciclo, incidindo nas estratégias de diferenciação pedagógica e no trabalho interdisciplinar entre o Português Língua não Materna e outras disciplinas, de forma a contribuir para o sucesso escolar de todos os alunos. Brochura disponível aqui.

A AKF Prt lançou o II Simpósio de Educação, intitulado *Mudanças Societais – Transformações Educacionais, um diálogo em construção*, que contou com 156 participantes entre alunos, professores, outros profissionais de educação, pais e parceiros. O evento combinou trabalho presencial (em 8 escolas), com paineis e atividades plenárias no espaço digital. Num momento de grande incerteza, o evento procurou destacar a importância de se manter um diálogo contínuo e plural, em torno dos desafios educacionais. O Simpósio incluiu um painel sobre a visão da educação para os próximos 10 anos, de Andreas Schleicher, da OCDE, e do Secretário de Estado da Educação, João Costa. Para saber mais sobre o II Simpósio de Educação, consulte o boletim disponível aqui.

Iniciativa 3: Apoio às aprendizagens e à parentalidade na comunidade

- Utilização do *Human-Centered Design* (HCD) para identificar soluções que reúnam famílias e organizações da comunidade escolar, para melhor organizar os espaços de aprendizagem na comunidade, de acordo com as necessidades das crianças e suas famílias.

Em 2020, a AKF Prt explorou novas formas de apoiar os espaços de aprendizagem para crianças e famílias, existentes nas comunidades locais, reunindo famílias e organizações da comunidade escolar, tendo em vista propor – através de um processo de HCD - as melhores opções para proporcionar espaços de aprendizagem inclusivos; 47 participantes, incluindo técnicos da Câmara Municipal de Sintra, representantes de organizações da sociedade civil, grupos comunitários e *staff* da AKF Prt, foram convidados a conceber soluções destinadas a apoiar da melhor forma possível, a aprendizagem de crianças e jovens da comunidade. O processo começou em novembro e foi estendido até o início de 2021.

Parceiros-chave da AKF Portugal

Organismos públicos: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Instituto da Segurança Social, Direção-Geral de Saúde (DGS), Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Lisboa Central, Direção-Geral de Educação (DGE), Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e Bibliotecas (DGLab), Plano Nacional de Leitura, Rede de Bibliotecas Escolares.

Municípios: Municípios de Oeiras, Lisboa e Sintra; Juntas de Freguesia.

Fundações internacionais e nacionais: Johnson & Johnson Foundation, Jacobs Foundation, Oak Foundation, Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Fundação Bissaya Barreto.

Centros de Formação Profissional: Inovinter, CEARTE.

Universidades: Universidade Católica do Porto, Universidade Católica de Lisboa, Universidade Aberta, Universidade Nova de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Évora, Instituto Piaget, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.

Empresas: Wannaplayer (Run Code School), World Academy, Janssen, Grupo Delta e Grupo Fidelidade

Outras organizações: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), ACAS, Olho Vivo, Centro Intercultural Europeu, Renovar a Mouraria, Largo, CLIP, Crescer, ADM Estrela, Alkântara, Médicos do Mundo, Casa do Brasil, Associação Empresarial de Sintra, Associação Portuguesa de Emprego Apoiado, Centro Comunitário de Algueirão, Associação Portuguesa dos Médicos de Família, Associação dos Profissionais de Educação de Infância.

PERSPETIVAS DE FUTURO EM PORTUGAL

Em Portugal, o ano de 2021 permitirá a concretização (ou a continuidade) de um conjunto de ambições:

- Implementar o projeto SMILE (*Sintra Motion and Innovation for Low Emissions*), ao abrigo do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) para o Ambiente, numa parceria com a Câmara Municipal de Sintra e com mais 7 outras organizações na sua maioria centradas em soluções de base tecnológica para a transição energética. Com duração de 36 meses, e início em maio de 2021, será criado um *Living Lab* para alavancar soluções inovadoras capazes de mitigar as emissões de carbono e promover a economia circular, com base em metodologias participativas e numa abordagem de envolvimento ativo dos cidadãos e das organizações locais;
- Trazer um novo fôlego à procura de soluções que favoreçam a aprendizagem das crianças, quer na escola, quer na comunidade, através do Programa Schools 2030 que envolve 10 países, ao longo de 10 anos, na construção da «escola do futuro»;
- O arranque da medida 1 do Programa Secundário para Todos, da CML, que a AKF Portugal irá coordenar e a continuada participação da Rede de Escolas para a Educação intercultural (REEI);
- O reforço das metodologias participativas (ex. *Human-Centered Design*) no desenho de novas respostas locais resultantes de ação coletiva, governação partilhada e trabalho em rede e soluções comunitárias, de suporte às aprendizagens das crianças, e a sua eventual disseminação para novos contextos de aplicação, geografias e áreas temáticas;
- A capacidade de criar fóruns colaborativos e de diálogo, que envolvam profissionais de saúde e pessoas de origens diversas, tendo em vista tornar menos difícil a sua navegação pelo sistema de saúde e melhorando a sua literacia em saúde;
- A capacidade de influenciar a formação contínua de profissionais, não apenas através da ligação à Academia – via pós-graduações – mas também através de ações de:
    - formação de formadores em pedagogia-em-participação;
    - formação contínua de profissionais de educação no âmbito do Programa Integrado de Promoção da Literacia;
    - formação de profissionais e replicadores em Diversidade & Inclusão;
- Maior foco no *up skilling* dos jovens e no *re-skilling* dos desempregados, quer através de projetos como o Bytes4Future ou o Up Start (no âmbito do Programa Parcerias para o Impacto) quer através das Redes para a Empregabilidade;
- A produção de novas soluções centradas na valorização da pessoa sénior:
- Lançamento da plataforma Ser Maior e seu alargamento – ao longo do ano - a um maior número de aderentes;
- Tutoriais para formação em competências digitais;
- Manuais de apoio a cuidadores formais e informais;
- Aprofundar a experiência de integração de serviços: o acesso qualificado de grupos diversos de utilizadores, aos serviços, com uma navegação amigável, a partir de uma visão sistémica (acesso e qualidade), em articulação com CLDS e MIAD;
- Consolidar o trabalho em literacia:
    - Conto Contigo (literacia familiar) com curso *online* concluído e disponível até maio de 2021;

- PIPL - Programa Integrado de Promoção da Literacia (literacia emergente, leitura e escrita) com 3o ano executado e com a sistematização do programa de sustentabilidade nos concelhos de intervenção e para piloto em outros territórios, realizada;
- Lançamento de um conjunto de eventos temáticos, designadamente:
  - AKF Talks #Go Online
  - III Simpósio de Educação
  - Conferência Sociedade Civil
- Reforço dos dispositivos e dos processos de monitorização e de avaliação em curso;
- Reforço da capacidade de comunicação institucional e de posicionamento do conhecimento gerado.

A FUNDAÇÃO AGA KHAN EM MOÇAMBIQUE

A Fundação Aga Khan opera em Moçambique desde 2001 como sucursal da Fundação Aga Khan Portugal. Procura recursos humanos, financeiros e técnicos para apoiar algumas das comunidades mais pobres e marginalizadas das províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Maputo. Com ênfase em mulheres jovens e adultas, a AKF-M investe no potencial humano, ampliando oportunidades e melhorando a qualidade de vida. AKF-M lidera uma série de intervenções integradas em saúde e nutrição, sociedade civil, inclusão económica, agricultura e segurança alimentar. Além disso, a AKF-M desempenha frequentemente um papel central no desenvolvimento de parcerias, diálogo político e mobilização de recursos, para a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento (AKDN) e as suas agências em Moçambique.

Em 11 de Agosto de 1998, a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento assinou o acordo de cooperação com o Governo de Moçambique . Nele, as partes comprometem-se a cooperar tendo em vista promover benefícios sustentáveis e melhoria da qualidade das populações em Moçambique.

No âmbito do acordo de cooperação, estão hoje presentes em Moçambique três agências da AKDN: a AKF, que tem a sua base programática em Cabo Delgado mas que tem presença em todas as províncias do norte de Moçambique e também em Maputo; a Academia Aga Khan, que está sediada na Matola, província de Maputo; e o Fundo Aga para o Desenvolvimento Económico (AKFED) através de duas iniciativas – o Polana Serena Hotel na cidade de Maputo e a fábrica de vestuário Moztex, na Matola.

PERSPETIVA GERAL DOS PROGRAMAS

Nº total de pessoas abrangidas (2020)	5,2 milhões (1% masculino, 2% feminino, 97% desconhecido)	
Nº total de staff (2020)	88 (56 homens, 32 mulheres)	
Valor total do orçamento dos programas (2020)	$8.06 milhões (4,9% do orçamento global da AKF em todo o mundo)	
Regiões (2020)	Cabo Delgado (81%) Nacional (9%)	Niassa (8%) Nampula (2%)
Temas	Saúde e Nutrição (61%) Sociedade Civil (23%)	Agricultura e Segurança Alimentar (16%)
Principais parceiros financiadores (2020)	Global Affairs Canada (37%) Global Fund for Aids, Tuberculosis and Malaria (23%) European Commission (12 %)	Interno (10%) Royal Norwegian Embassy (10%) La Caixa (7%)

AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Principais desafios

Desafio 1: Baixa produtividade rural

- Os pequenos agricultores em Cabo Delgado enfrentam baixa produtividade e baixos rendimentos persistentes, nas suas áreas de produção. Isso deve-se, essencialmente, a práticas agrícolas obsoletas, falta de acesso a insumos de qualidade (sementes, ferramentas ou outros elementos associados com a produção agrícola) e oportunidades de mercado limitadas.

Desafio 2: Falta de recursos humanos qualificados

- A geração anterior de pequenos agricultores em Cabo Delgado, aprendeu a trabalhar a terra com seus pais e avós. O reduzido acesso a novos conhecimentos, aliado a um fraco sistema de extensão agrícola pública, tem perpetuado o uso de práticas ineficientes e, muitas vezes, ambientalmente prejudiciais.

Desafio 3: Acesso limitado a insumos e equipamentos de qualidade

- Os pequenos produtores rurais enfrentam desafios sérios para ter acesso a matérias-primas agrícolas. Os poucos fornecedores de insumos agrícolas, existentes em Cabo Delgado, encontram-se na capital provincial e em algumas cidades.

Principais iniciativas

Iniciativa 1: Oportunidades para a juventude rural - a melhoria do Instituto Agrário de Bilibiza

- A iniciativa contribui para o fortalecimento do sector agrícola em Cabo Delgado através do aumento da disponibilidade de técnicos agrícolas de nível médio, devidamente formados e equipados com os conhecimentos e competências para que possam promover uma melhoria da produção e da produtividade, tendo em conta o contexto das alterações climáticas.

Em janeiro de 2020, os insurgentes atacaram a aldeia de Bilibiza, incendiaram casas, mataram civis e destruíram o Instituto Agrário de Bilibiza. O ataque aconteceu durante as férias de verão e os poucos formadores e alunos que se encontravam na escola conseguiram escapar e regressar em segurança a suas casas. Desde então, a região permaneceu fora do controle do governo. O projeto adaptou-se à situação e está neste momento a apoiar os esforços do Governo de Cabo Delgado para transformar a antiga escola técnica de nível básico de Ocua, em Chiúre, numa escola agrícola de nível médio. Chiúre é um distrito seguro, localizado a sul de Pemba.

Depois de concluída a transferência para a o Posto Administrativo de Ocua, 75 produtores comunitários de 8 comunidades de 5 aldeias de Ocua, foram formados no uso sustentável e gestão de solos e água, cobrindo temáticas como tecnologias agrícolas sustentáveis para combater incêndios descontrolados, erosão do solo e agricultura itinerante.

Iniciativa 2: Produtividade do caju e amendoim

- A iniciativa ajuda os pequenos agricultores a melhorar sua produtividade nas culturas do caju e do amendoim e a aumentar o acesso aos mercados. Ambas as culturas são bastante relevantes para a economia e nutrição da família rural, e na resiliência e adaptação às mudanças climáticas.

- Em 2020, a iniciativa deu um passo importante na criação de estruturas para apoiar, de forma sustentável, os produtores locais de caju e amendoim:
- Capacitação de 40 prestadores de serviços locais formados em agricultura orgânica, gestão integrada do caju, agro-processamento da castanha, produção de melaço a partir da maçã de caju desidratada e produção e uso de *biospray*;
- Formação de 45 técnicos do Instituto Nacional do Caju (INCAJU) e dos serviços distritais de atividades económicas (SDAE) das províncias de Nampula e Cabo Delgado, em sistemas agrícolas sustentáveis e orgânicos, gestão integrada de cajueiros, assistência aos produtores versus técnicas de extensão para o desenvolvimento comunitário;
- Mais de 1,300 produtores de caju foram formados em gestão integrada do caju, gestão da qualidade e gestão pós-colheita da castanha, e em técnicas de comercialização.

Os agricultores apoiados produziram um total de 235.693 toneladas de castanha de caju, das quais 30% em regime orgânico. Estas quantidades representam um aumento de 20% em relação ao ano de 2019.

SOCIEDADE CIVIL

Principais desafios

Desafio 1: Fraca governança e inclusão social limitada

- A região norte de Moçambique é uma região pobre e historicamente negligenciada. Muitas comunidades ainda carecem de mecanismos e estruturas para expressar suas aspirações, interesses, exigir mais e melhores serviços e liderar o desenvolvimento das suas aldeias.

Desafio 2: Insuficiente capacidade institucional das organizações da sociedade civil (OSC)

- Um pouco por todo o país, as organizações da sociedade civil são frequentemente de pequena dimensão, com poucos fundos e ineficientes. Além disso, estas instituições têm um acesso limitado a oportunidades de melhoria da sua capacidade.

Desafio 3: Instabilidade política e insegurança

- O surgimento de grupos extremistas violentos resultou na morte de milhares de civis, perturbação da comunidade e em mais de 600.000 pessoas deslocadas, em Cabo Delgado, afetando particularmente crianças e mulheres.

Principais iniciativas

Iniciativa 1: Juntos!

- A iniciativa fortalece e reforça a capacidade das organizações da sociedade civil moçambicana através de uma plataforma nacional que oferece aos membros oportunidades para criar e usar soluções de base tecnológica que respondam às suas lacunas institucionais e programáticas.

Em 2020, a iniciativa deu início a sua Fase 3, que incluiu:

- Desenvolvimento da capacidade das organizações da sociedade civil (OSC) de projetar, produzir e ministrar cursos em vídeo, usando uma abordagem de aprendizagem combinada (ou de *blended-learning*) para fortalecer as capacidades das comunidades que servem.

Isso permitiu que as OSC, em parceria, maximizassem os recursos e expandissem o seu apoio a outras comunidades.

- A formação teórico-prática de OSC parceiras, no uso de abordagens de *Design Thinking* (DT) e *Human Centered Design* (HCD). A ação visa fomentar a inovação e, ao mesmo tempo, ajudar as OSC a projetar soluções que respondam de forma mais eficaz aos desafios do desenvolvimento local. As atividades de acompanhamento mostraram que cerca de 50% das OSC parceiras passaram a integrar as etapas do HCD no desenho de soluções que colocam as comunidades no centro da ação.
- Ações de coordenação estimuladas por debates em fóruns com diferentes OSC, setor público e privado, resultaram na formação de consórcios para a implementação de projetos e numa crescente, embora ainda tímida, parceria entre OSC e o setor privado.
- A pandemia Covid-19 condicionou outros eventos de referência envolvendo OSC, Governo e setor privado. Em resposta a isso, a plataforma organizou vários *webinars* de coordenação que resultaram em esforços concertados que contribuíram para lutar contra a pandemia em Moçambique.

Iniciativa 2: Fortalecimento da coesão social da comunidade e resiliência contra a radicalização através de Organizações de Desenvolvimento de Aldeias

- A iniciativa estimula Organizações de Desenvolvimento de Aldeia (VDO) a conceber iniciativas que promovam a inclusão de jovens em ações de desenvolvimento local como forma de combater a marginalização juvenil, aumentar a sua autoestima e aumentar a sua resiliência contra a radicalização. O segundo pilar da iniciativa, liderado pela Fundação MASC, uma organização local da sociedade civil, produz e divulga narrativas que se opõem ao discurso pró-insurgência. O terceiro pilar visa promover um ambiente propício para o diálogo entre as comunidades e os governos locais em torno de iniciativas de proteção e construção da paz.

Lançada em dezembro de 2019, a iniciativa teve um início desafiante. As fortes chuvas no final do ano de 2019 impossibilitaram o alcance dos distritos-alvo, uma vez que as estradas se tornaram intransponíveis. Em janeiro de 2020, a insurgência ganhou contornos ainda mais preocupantes, com incursões em direção ao sul da Província, forçando o projeto a negociar com o parceiro doador um novo local de implementação (distrito de Metuge) para substituir os distritos inicialmente selecionados, Quissanga e Meluco. Entre março e agosto de 2020, as restrições relacionadas com a Covid-19 impediram os contatos com as comunidades. No entanto, o projeto ainda foi capaz de concretizar algumas iniciativas importantes:

- Realizou avaliações de capacidade organizacional (OCA) com 20 VDOs dispostas a fazer parte da iniciativa e a conduzir sessões de capacitação junto de 350 membros das VDO, com foco em temas como a liderança, governança e gestão e desenho de projetos comunitários.
- As VDOs envolveram, com sucesso, os jovens da comunidade assim como os deslocados internos, na formulação de projetos de desenvolvimento local que fossem de encontro às necessidades dos mesmos. Os projetos foram apresentados a diferentes entidades de interesse no distrito para recomendações e, subsequentemente, priorização e mobilização de recursos.
- Conduziu uma análise ao projeto para determinar o ponto de partida e explorar as causas básicas de alguns dos problemas enfrentados, o que foi muito útil para melhor adaptar a implementação.

- Identificou as narrativas que são frequentemente utilizadas pelos insurgentes para atrair os jovens a ingressar nos grupos insurgentes, tendo em vista construir as «contra-narrativas», assim como planear as melhores formas para as transmitir.
- Organizou 2 fóruns distritais com diferentes atores de interesse.

SAÚDE E NUTRIÇÃO

Principais desafios

Desafio 1: Casamento precoce de jovens do sexo feminino

- Em Cabo Delgado, 18% das jovens mulheres casam antes dos 15 anos, e 48% antes dos 18 anos.

Desafio 2: Altas taxas de desnutrição

- Em Cabo Delgado, 52% das crianças de 0 a 5 anos são raquíticas.

Desafio 3: Tendência de crescimento acentuada da Covid-19

- A nova variante da Covid-19 da África do Sul está presente em Moçambique e o número de casos aumentou exponencialmente. Em janeiro de 2021 registaram-se mais casos do que em todo o ano de 2020. Nestas circunstâncias, e mantendo-se a tendência de crescimento, o sistema de saúde poderá estar em risco de colapso; incapaz de lidar com os casos crescentes de Covid-19 e limitar ainda mais o acesso a outros serviços muito necessários.

Principais iniciativas

Iniciativa 1: Saúde e nutrição na comunidade

- Trabalhar com as comunidades para promover mudanças duradouras na área de saúde sexual e reprodutiva, nutrição e comportamento e práticas baseadas no gênero, especialmente entre mulheres, e meninos e meninas adolescentes.

Após o impacto inicial do Covid-19 e as restrições impostas pelo primeiro estado de emergência até chegarmos a um estado de calamidade, a equipa do projeto SPARC foi gradualmente regressando aos seus horários de trabalho normais, tanto nas atividades de escritório, como nas atividades de campo, em cumprimento com todas as medidas de prevenção Covid-19 recomendadas pelo Ministério da Saúde e AKF-M.

Foram realizadas 44 clínicas móveis de saúde (25% de 176), abrangendo 8,024 meninas e mulheres, de um total de 62,343 (13%) e 2,348 rapazes e homens de um total de 8,861 (27%), com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos de idade. Quatro destas clínicas móveis de saúde, deslocaram-se por áreas consideradas inseguras, tendo conseguido abranger 839 mulheres de várias idades. Os serviços móveis de Saúde Sexual Reprodutiva (SSR), procederam à distribuição gratuita de métodos anticoncecionais, acessíveis a 799 meninas adolescentes (15-19 anos) e a 1,922 mulheres (20-49 anos).

Iniciativa 2: Fortalecimento das capacidades técnicas

- Melhorar as capacidades técnicas dos profissionais de saúde a nível sub-nacional e distrital para prestar serviços de saúde inclusivos e sensíveis ao género.

Dez membros do staff do projeto SPARC (8M / 2H) foram formados para a utilização de ferramentas de recolha de dados, monitorização de rotina, análise e qualidade de dados. Em Pemba, foram abrangidos por esta formação, o pessoal distrital responsável pela monitorização e avaliação de saúde (4H) dos 4 distritos Montepuez, Namuno, Balama e Chiúre, e dois membros da equipa de planeamento da Direção Provincial de Saúde (2H). Foi realizada uma formação de formadores para 20 facilitadores (13M / 7H) e uma formação inicial em Saúde Sexual Reprodutiva (SSR) do adolescente, de 46 profissionais de saúde (100%), desagregados por 40 enfermeiras, 6 profissionais do serviço distrital de saúde, mulher e ação social/ SDSMAS (2M / 2H) e 2 profissionais do serviço provincial de saúde (1M / 1H). A formação também se focou na prestação de serviços de Saúde Sexual Reprodutiva adequados e sensíveis ao género e a uma população adolescente. Foram também desenvolvidos protocolos de encaminhamento e *outreach*.

Iniciativa 3: Aumentar a consciencialização sobre boa saúde e nutrição

- Ações de não-estigmatização e campanhas informativas combinadas com um melhor acesso a serviços melhorados de triagem e tratamento dirigidos às populações rurais.

Devido à insegurança prevalecente na região norte da província de Cabo Delgado, o projeto SPARC reduziu os seus planos de apoio aos distritos-alvo, limitando-se à iniciativa de *M-Health*, clínicas de saúde móveis e de resposta humanitária. Para lograr aumentar o alcance, chegando a maior número de pessoas, o projeto SPARC ampliou as suas atividades, passando a incluir o distrito de Chiúre (na zona sul), o distrito mais populoso de Cabo Delgado, e também uma prioridade regional no setor da saúde.

Os 1,330 membros do total de 266 comités de saúde comunitária receberam formação, tendo em vista conseguir melhorar a governança participativa e a responsabilidade da própria comunidade, abordando questões-chave de saúde sexual reprodutiva (SSR) e igualdade de género, incluindo prevenção Covid-19 nas comunidades.

Parceiros-chave da AKF Moçambique

Governo e organismos públicos: Ministério da Saúde, departamentos de saúde provinciais e regionais, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Instituto Agrário de Ocua (anteriormente Instituto Agrário de Bilibiza), Instituto Nacional do Caju.

Universidades: Universidade Eduardo Mondlane, Universidade UniLúrio, Universidade Pedagógica.

Organizações internacionais: Fundo Global para a SIDA, Tuberculose e Malária, Comissão Europeia, Global Affairs Canada, Embaixada Real da Noruega, Helvetas, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Fundação La Caixa.

Empresas: PAKKA, Mitsui & CO Europe, outras empresas do setor privado.

Outras organizações: Progresso, Centro para a Colaboração em Saúde, Pathfinder, outras ONGs e Fundações relevantes em Moçambique.

PERSPETIVAS DE FUTURO EM MOÇAMBIQUE

Não se vislumbram grandes mudanças em 2021 em termos políticos em Moçambique, uma vez que não é um ano de eleições, esperando-se que a Frelimo se mantenha no poder e a oposição continue a ser fragmentada e fraca.

Após uma subida exponencial de casos positivos de Covid-19 desde final do ano de 2020, com registo de hospitalizações e de mortes associadas, espera-se que a situação da pandemia em Moçambique melhore gradualmente em meados de 2021, mercê da redução de casos nos países vizinhos – especialmente, a África do Sul – e do início da vacinação. Em Moçambique, a expetativa é de que a vacina cubra os profissionais da saúde, da educação e da polícia e também de alguns grupos de risco, particularmente os das pessoas portadoras de doenças crónicas.

Não se espera que o governo moçambicano vá aumentar durante o ano de 202, a sua capacidade de travar a expansão da insurgência. O ataque a Palma, região onde estão os projetos de gás natural, faz prever um atraso substancial das atividades de exploração em 2021. Em pouco mais de um ano, o número de deslocados internos quadruplicou, passando para cerca de 700.000 em 2020. Não se prevê, em 2021, o retorno destas pessoas às suas zonas de origem, o que criará grande pressão para uma crescente assistência humanitária em Cabo Delgado.

Nos primeiros meses de 2021, será relevante destacar as seguintes situações:

- Continuação do estado de emergência devido ao Covid-19 desde o início do ano de 2021, tendo como objetivo reverter a situação do aumento significativo dos casos registados nos primeiros dias de janeiro;
- Registo de um ataque por parte dos insurgentes no dia 24 de março de 2021 no Distrito de Palma em Cabo Delgado, sendo que este foi um dos maiores ataques registados nos últimos meses na província, levando a um aumento de pessoas a deslocarem-se para outros distritos, com maior destaque para os distritos do Sul (Pemba, Metuge e Montepuez);
- No seguimento deste aumento de insegurança, a AKF tem em curso a abertura até final de junho de 2021 de um escritório distrital localizado no distrito de Chiúre, por forma a que todos os projetos a operarem a Sul da Província de Cabo Delgado passem a operar a partir deste novo escritório;
- Assinatura do contrato com a Unicef no valor de 410,140 USD para o ano de 2021 em abril de 2021, tendo como objetivo criar oportunidades de proteção e acesso de adolescentes e jovens a serviços disponíveis, visando contribuir para uma maior coesão social na província de Cabo Delgado;
- Assinatura em abril de 2021 da fase 2 do contrato com o Centro de Colaboração em Saúde (CCS) referente ao projeto “Reforçar a resposta Nacional ao HIV e TB em Moçambique” para o triénio de 2021 a 2021.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O Conselho Nacional propõe que o resultado líquido negativo do período, no montante de 1.289.429 Euros, seja transferido para Reservas.

BALANÇO

Do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Expresso em Euros

RUBRICAS	Notas	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	12.602.654	12.864.307
Outros créditos a receber	7	12.833.477	11.922.658
		25.436.132	**24.786.965**
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	6	18.269	7.991
Outros créditos a receber	7	1.412.762	3.945.953
Diferimentos	9	6.054	14.305
Outros ativos financeiros	10	10.956.952	12.658.592
Caixa e depósitos bancários	10	8.252.101	6.780.305
		20.646.137	**23.407.146**
Total do ativo		**46.082.269**	**48.194.111**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		16.795.134	16.795.134
Reservas		25.150.573	16.095.306
Outras variações nos fundos patrimoniais		(116.035)	129.218
Resultado líquido do período		(1.289.429)	9.055.266
Total do fundo de capital	11	**40.540.243**	**42.074.925**
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	316.378	274.289
Estado e outros entes públicos	6	210.875	200.751
Diferimentos	9	2.262.036	1.866.506
Outras dívidas a pagar	12	2.752.738	3.777.640
		5.542.026	**6.119.187**
Total do passivo		**5.542.026**	**6.119.187**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**46.082.269**	**48.194.111**

Lisboa, 30 de Junho de 2021

O Diretor Executivo
Karim Merali

O Contabilista Certificado
Karim Shamsudin

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Expresso em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	13	178.084	330.650
Subsídios, doações e legados à exploração	14	10.541.170	14.525.404
Custo das mercadorias vendidas e das matér	15	-	(56.843)
Fornecimentos e serviços externos	16	(2.706.571)	(3.407.325)
Gastos com o pessoal	17	(5.339.767)	(5.413.671)
Aumentos/reduções de justo valor	10	(895.196)	3.006.963
Outros rendimentos	18	1.776.849	10.813.578
Outros gastos	19	(4.592.331)	(9.861.679)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiar		**(1.037.760)**	**9.937.078**
Gastos / reversões de depreciação e de amor	5	(381.332)	(1.008.351)
Resultado operacional (antes de gastos de financiam		**(1.419.094)**	**8.928.727**
Juros e rendimentos similares obtidos	20	129.664	126.541
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**(1.289.429)**	**9.055.266**

Lisboa, 30 de Junho de 2021

O Diretor Executivo
Karim Merali

O Contabilista Certificado
Karim Shamsudin

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Do período findo em 31 de dezembro de 2020

Expresso em Euros

		Fundos	Reservas	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
A 1 de janeiro de 2019		16.795.134	14.312.638	93.952	1.782.668	32.984.392
Alterações no período						
Diferenças de Conversão de Dem. Financeiras		-	-	35.266	-	35.266
Aplicação do resultado líquido		-	1.782.668	-	(1.782.668)	-
			1.782.668	**35.266**	**(1.782.668)**	**35.266**
Resultado líquido do período					9.055.266	9.055.266
Resultado extensivo		**-**	**1.782.668**	**35.266**	**7.272.598**	**9.090.532**
Operações com instituidores no período						
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2019		**16.795.134**	**16.095.306**	**129.218**	**9.055.266**	**42.074.926**
Alterações no período						
Diferenças de Conversão de Dem. Financeiras		-	-	(245.252)	-	(245.252)
Aplicação de resultados		-	9.055.266	-	-	-
		-	**9.055.266**	**(245.252)**	**(9.055.266)**	**(245.252)**
Resultado líquido do período					(1.289.429)	(1.289.429)
Resultado extensivo		**-**	**9.055.266**	**(245.252)**	**(11.257.536)**	**(2.447.522)**
Operações com instituidores no período						
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2020	11	**16.795.134**	**25.150.573**	**(116.035)**	**(1.289.429)**	**40.540.243**

Lisboa, 30 de Junho de 2021

O Diretor Executivo
Karim Merali

O Contabilista Certificado
Karim Shamsudin

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Do período findo em 31 de dezembro de 2020

Expresso em Euros

RUBRICAS		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Fundadores, outras agências e utentes		11.161.662	17.605.109
Pagamentos a fornecedores		(2.782.937)	(3.926.548)
Pagamentos ao pessoal		(6.153.997)	(5.367.207)
Caixa gerada pelas operações		2.224.728	8.311.353
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(1.048.443)	(6.397.168)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		1.176.285	1.914.185
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(269.204)	(510.639)
Empréstimo concedido		(910.819)	(5.061.248)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		129.664	9.100.000
Juros e rendimentos similares		-	105.990
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(1.050.358)	3.634.103
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes		125.927	5.548.288
Efeito das diferenças de câmbio		(355.771)	116.954
Caixa e seus equivalentes no início do período		19.438.897	13.773.655
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	19.209.052	19.438.897

Lisboa, 30 de Junho de 2021

O Diretor Executivo
Karim Merali

O Contabilista Certificado
Karim Shamsudin

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O presente Anexo, relativo ao período económico que termina a 31 de dezembro de 2020 procede à compilação das divulgações que a Fundação Aga Khan Portugal (incluindo a sua sucursal em Moçambique) considera que deve ser relatada, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, as NCRF-ESNL.

Nota 1. Identificação da Entidade

A Fundação Aga Khan Portugal ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, constituída em 1983, com sede no Centro Ismaili, Av. Lusíada, 1, 1500-650, tendo por objetivo a criação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas que inibem o desenvolvimento social, cultural e económico.

A Fundação Aga Khan Portugal foi criada como uma filial da Fundação Aga Khan em Genebra, tendo-se tornado uma fundação portuguesa, instituída por tempo ilimitado, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 27/96 de 30 de março. A 9 de dezembro de 1997, o artigo 4º, parágrafo 1 dos Estatutos foi alterado através do Decreto-Lei 377/97, equiparando a Fundação a uma Instituição Particular de Solidariedade Social.

Por sua vez, a 1 de janeiro de 2001, a Fundação Aga Khan Portugal criou uma sucursal em Moçambique (Fundação Aga Khan Moçambique – AKFM) a qual desenvolve atividades de caráter geral que coincidem com os fins estatutários da Fundação em Portugal.

A Fundação Aga Khan dispõe de uma página de internet com o seguinte endereço www.akdn.org/portugal na qual são apresentadas informações acerca das suas atividades de âmbito nacional e internacional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 18/05/2021. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as atividades da Fundação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, ambos com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com a normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo requer o uso de estimativas, pressupostos e

julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Fundação, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Nacional e nas suas melhores expetativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.12.

2.2 Derrogação das disposições da normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (ESNL)

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (ESNL).

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação Aga Khan Portugal relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.

No exercício de 2019, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º36-A/2011, de 9 de março e na portaria 105/2011, de 14 de março, as demonstrações financeiras da Fundação continuaram a ser preparadas de acordo com a normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (ESNL).

A partir do exercício de 2015 todas as operações efetuadas pela Fundação Aga Khan Moçambique bem como os seus ativos e passivos, passaram a ser integrados nas demonstrações financeiras da Fundação Aga Khan Portugal.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se apresenta:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	20
Mobiliário de ecritório	8
Equipamento Administrativo	4-5
Equipamento Informático	3-4
Equipamento de Transporte	4
Activo Fixo Intangível	3

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2 Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados por imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Fundação avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se for esse o caso, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.3 Ativos e Passivos financeiros

O Conselho Nacional determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Fundação classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos e passivos financeiros: i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno ou reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a alteração do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos e obtidos, contas a receber e a pagar (clientes, fornecedores e outros devedores e credores, etc.) e instrumentos dos Fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de Fundo patrimoniais cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, bem como os passivos financeiros remanescentes, são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em Fundo patrimoniais.

A Fundação avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

3.4 Outras créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber é reconhecida inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurada ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

As perdas por imparidade das contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.6 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, até à entrada em armazém. Para efeitos de valorização das saídas de armazém, a empresa utiliza o custo médio ponderado.

3.7 Locações

Eventuais locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Fundação detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.8 Subsídios

O rédito dos subsídios deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou por a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e os seus financiadores. Estes montantes são registados na demonstração dos resultados na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração".

O rédito inclui somente os influxos brutos dos contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade recebidos e a receber pela entidade.

As comparticipações financeiras atribuídas pelo fundador são destinadas a fazer face às despesas da atividade da Fundação. São registadas na rubrica de "Subsídios, doações e legados à exploração" no período a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou por receber, compreendendo os montantes faturados nas prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal, sendo a diferença reconhecida como rédito de juros.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Fundação Aga Khan Portugal; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços, no âmbito do evento Celebrações do Jubileu de Diamante, é reconhecido com base no período do mesmo, uma vez que a prestação de serviços não está associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço durante o evento.

3.10 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.11 Imposto sobre o rendimento

A Fundação, na qualidade de instituição de utilidade pública, encontra-se isenta do pagamento de imposto sobre o rendimento (ver nota 1), com exceção de algumas rubricas no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Departamento *Global Encounters*.

3.12 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Fundação são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho Nacional, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Imparidade: A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Fundação, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Fundação.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho Nacional no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Provisões: A Fundação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos

necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Devedores e credores por acréscimos: A determinação dos acréscimos a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício é definida de acordo com o melhor julgamento do Conselho Nacional, considerando a informação existente à data bem como o conhecimento histórico obtido.

3.13 Saldos e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a Fundação opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Fundação e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

As transações em moeda estrangeira são convertidas em Euros utilizando taxas de câmbio que se aproximam das taxas oficiais vigentes à data das respetivas operações.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças ou pagamentos, ou à data do balanço, são registadas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2020	2019
USD	1,2271	1,1234
MT	74,8900	61,5100

3.14 Conversão de demonstrações financeiras de sucursal estrangeira

A Fundação tem uma sucursal em Moçambique a qual elabora as suas demonstrações financeiras utilizando uma moeda distinta do Euro. Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da referida sucursal são mensurados utilizando o Dólar dos Estados Unidos (USD). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de relato da Fundação.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras da sucursal de Moçambique são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço. Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante da conversão é registada no capital próprio na rubrica "Outras variações no capital próprio – diferenças de conversão de demonstrações financeiras".

As cotações utilizadas para conversão para euros das demonstrações financeiras da sucursal de Moçambique foram as seguintes:

Dólar dos Estados Unidos (USD)	31/12/2020	31/12/2019
Câmbio médio do período	1.14	1.12
Câmbio do fim do período	1.23	1.12

3.15 Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Nota 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No período abrangido por este relatório não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, para além das decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Nota 5. Ativos fixos tangíveis

31-12-2020	Terrenos e Rec Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Administrativo	Equipamento de Transporte	Total
Custo de aquisição	8.710.198	18.338.432	928.475	638.111	28.615.216
Depreciações acumuladas	-	(14.945.301)	(653.940)	(151.667)	(15.750.908)
Valor líquido a 1 de Janeiro de 2020	**8.710.198**	**3.393.131**	**274.534**	**486.444**	**12.864.307**
Adições	-	44.967	100.329	113.538	258.835
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	(97.231)	(124.405)	(221.636)
Depreciação - exercício	-	(103.230)	(115.816)	(162.286)	(381.332)
Depreciação- transf. e abates	-	-	92.292	121.351	213.643
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-
Efeito Cambial	-	-	(32.607)	(98.556)	(131.163)
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2020	**8.710.198**	**3.334.869**	**221.502**	**336.086**	**12.602.654**
31 de Dezembro de 2020					
Custo de aquisição	8.710.198	18.383.400	898.966	528.688	28.521.252
Depreciações acumuladas	-	(15.048.531)	(677.464)	(192.602)	(15.918.597)
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2020	**8.710.198**	**3.334.869**	**221.502**	**336.086**	**12.602.654**

31-12-2019	Terrenos e Rec Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento administrativo	Equipamento de Transporte	Total
Custo de aquisição	8.710.198	21.840.458	848.304	88.380	31.487.341
Depreciações acumuladas	-	(16.896.971)	(712.501)	(87.100)	(17.696.572)
Reclassificação	-	-	111.272	196.471	307.743
	8.710.198	**4.943.487**	**247.075**	**197.752**	**14.098.512**
Adições	-	-	158.237	352.402	510.639
Alienações	-	(3.502.026)	-	-	(3.502.026)
Transferências e abates	-	-	(195.574)	-	(195.574)
Depreciação - exercício	-	(797.538)	(146.246)	(64.567)	(1.008.351)
Depreciação- transf. e abates	-	-	204.807	-	204.807
Depreciação - alienações	-	2.749.208	-	-	2.749.208
Efeito Cambial	-	-	6.236	857	7.093
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2019	**8.710.198**	**3.393.131**	**274.535**	**486.444**	**12.864.307**
31 de Dezembro de 2019					
Custo de aquisição	8.710.198	18.338.432	928.475	638.111	28.615.216
Depreciações acumuladas	-	(14.945.301)	(653.940)	(151.667)	(15.750.908)
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2019	**8.710.198**	**3.393.131**	**274.534**	**486.444**	**12.864.307**

As aquisições de ativos fixos tangíveis no exercício de 2020 e 2019, na rubrica *Equipamento Administrativo*, estão essencialmente relacionadas com material informático, mobiliário e outro

equipamento administrativo, no âmbito dos programas. A rubrica *Equipamento de Transporte* inclui veículos adquiridos no âmbito dos programas de Moçambique. Em 2020, a rubrica Edifício e Outras construções inclui obras de estrutura efetuadas no Centro Ismaili de Lisboa.

Os abates efetuados resultam de um processo de verificação física realizada anualmente no âmbito do qual procedeu-se a uma reconciliação entre os bens físicos e os constantes nos mapas contabilísticos. Desse processo resultou a identificação de diversos bens inexistentes fisicamente e outros totalmente deteriorados. Estes bens apresentavam um valor líquido contabilístico irrelevante.

Destacamos também as alienações de 2019 as quais dizem essencialmente respeito à venda de um imóvel que a Fundação detinha em Paris (ver Nota 18) e a redução nas depreciações do período referentes a 2020 que resulta do facto de que o Centro Ismaili ficou totalmente depreciado em 2019.

Os 307.743 Euros apresentados como reclassificação a 1 de janeiro de 2019 referem-se a ativos fixos tangíveis referentes aos projetos de Moçambique, cujos valores no Balanço de 2018 se encontravam apresentados como *Outros créditos a receber*. Este montante não foi reexpresso no comparativo por não se considerar tal reexpressão materialmente relevante.

Nota 6. Estado e outros entes públicos

A Fundação possui saldo a receber do Estado no valor de 18.269 Euros *(2019: 7.991 Euros)* referente ao IVA a Recuperar correspondente a aquisições de imobilizado, obras e alimentação no âmbito do Centro Infantil Olivais Sul, enquanto entidade equiparada a IPSS e ao abrigo da legislação em vigor.

O saldo credor do Estado e outros entes públicos detalha-se como se segue:

	2020	2019
IRS	50.190	53.435
TSU	73.693	69.354
IS	81.196	69.748
IVA	4.874	7.943
FCT/FGCT	922	272
Total	**210.875**	**200.751**

Nota 7. Outros créditos a receber

A rubrica de *Outros créditos a receber* detalha-se como se segue:

	2020		2019	
	Corrente	**Não Corrente**	**Corrente**	**Não Corrente**
AKF Inter-companhias	163.552	-	306.653	-
Parceiros KCIDADE	507.752	-	328.086	-
Parceiros ECD	114.833	-	80.015	-
AKES Moçambique	-	12.833.477	-	11.922.658
GE - Global Encounters	3.885	-	102.248	-
CRSP	331.584	-	598.032	-
Progresso	145.634	-	137.267	-
Food for Hunger	92.372	-	-	-
Outros	53.149	-	2.393.652	-
Total Outros Créditos a Receber	**1.412.762**	**12.833.477**	**3.945.953**	**11.922.658**

As rubricas *Parceiros K'CIDADE* e *Parceiros ECD* são constituídas, entre outros, pelo montante de 7.952 Euros de saldo final a receber do Eramus+ no âmbito do Projeto Value, pelo montante de 16.391 Euros de saldo final a receber do ACM no âmbito do FAMI, do montante de 89.746 Euros a receber do Portugal Inovação Social/Título de Impacto Social no âmbito do Programa Integrado de Promoção da Literacia no qual a AKF Prt é investidor social, do montante de 460.522 Euros a receber da CCDR/LVT no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social coordenados pela AKF Prt.

A rubrica *AKES Moçambique* é referente a um valor a receber da AKES Moçambique, no âmbito de um empréstimo concedido a longo prazo pela Fundação Aga Khan Portugal a essa entidade, para a construção de uma Academia em Moçambique.

O valor na rubrica *CRSP* inclui verbas a receber no valor de 122.715 Euros do Ministério das Pescas, no âmbito do Projeto CBSG, um montante de 57.207 Euros no âmbito do projeto Helvitas AMCANE, um valor de 68.902 Euros referente ao Banco Mundial – Educação Fase 2 e um valor de 26.749 Euros relativo ao projeto AQCESS.

Nota 8. Fornecedores

O valor de 316.378 Euros (*2019: 274.289 Euros*) refere-se essencialmente a fornecimentos no âmbito das atividades programáticas da Fundação Aga Khan, os quais serão liquidados no início de 2021.

Nota 9. Diferimentos

A rubrica *Diferimentos* no ativo inclui gastos com seguros e outros, a especializar no ano seguinte, no valor de 6.054 Euros (2019: 14.305 Euros).

Relativamente aos diferimentos passivos o saldo detalha-se como se segue:

	2020	2019
KCIDADE	289.573	498.703
ECD	416.048	51.962
CRSP	797.897	99.733
IABIL	561.419	1.089.634
ICT	113.854	57.894
AKF Moçambique	46.753	-
Outros	36.492	68.580
Total	**2.262.036**	**1.866.506**

O montante acima indicado reflete rendimentos a reconhecer no exercício seguinte, em função de atividades associadas aos Projetos que irão ocorrer no ano de 2021.

Nota 10. Outros ativos financeiros e Caixa e depósitos bancários

Os Meios Financeiros Líquidos detalham-se como se segue:

	2020	2019
Caixa	283	1.271
Depósitos à ordem	8.251.818	6.779.034
Caixa e depósitos bancários	**8.252.101**	**6.780.305**
Outros ativos financeiros	10.956.952	12.658.592
Total Meios Financeiros Líquidos	**19.209.052**	**19.438.897**

A rubrica *Outros ativos financeiros* inclui os fundos de compensação dos trabalhadores e as unidades de participação que a Fundação detém em determinados fundos de investimento. A 31 de dezembro de 2020 o valor de mercado dessas unidades de participação ascende a 10.928.789 Euros. Durante o exercício de 2020 foi reconhecida uma variação negativa de justo valor no montante de 895.196 Euros (*2019: variação positiva de 3.006.963*) decorrente da atualização do valor de mercado das unidades de participação no final do período.

Nota 11. Fundos patrimoniais

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Fundos patrimoniais resumem-se:

- Fundos: corresponde ao valor de capital inicial;
- Reservas: valor acumulado resultante da aplicação dos resultados líquidos de anos anteriores,

sendo o último valor aplicado o correspondente ao resultado do exercício de 2019 no valor de 9.055.266 Euros;

- Outras variações nos fundos patrimoniais: corresponde ao valor acumulado do impacto da conversão cambial inerente à sucursal da Fundação Aga Khan Portugal em Moçambique;
- Resultado líquido do período: o valor negativo de 1.289.429 Euros.

Nota 12. Outras dívidas a pagar

O total da rubrica *Outras dívidas a pagar* inclui os seguintes itens:

	2020	2019
Credores por acréscimos de gastos	1.027.441	2.193.593
Outros credores	1.725.296	1.584.048
Total Outras dívidas a pagar	**2.752.738**	**3.777.640**

O saldo de Credores por acréscimos de gastos detalha-se como se segue:

	2020	2019
Remunerações a pagar	486.921	378.040
Auditoria PwC	16.233	37.459
Outros	524.287	1.778.094
Total credores por acréscimos de gastos	**1.027.441**	**2.193.593**

A rubrica *Remunerações* a pagar reflete o gasto com férias e subsídio de férias a liquidar no exercício seguinte.

O saldo de Outros Credores detalha-se como se segue:

	2020	2019
AKF Inter-companhias	564.037	200.383
K'CIDADE	24.122	31.756
ECD	813	62.573
Academia em Moçambique	-	-
GE - Global Encounters	4.633	-
Outros	1.131.691	1.289.336
Total Outros credores	**1.725.296**	**1.584.048**

Este saldo inclui valores a regularizar entre a Fundação e entidades com quem estabeleceu protocolos, no âmbito do Programa de Infância e K'CIDADE. A rubrica *AKF Inter-companhias*, inclui um empréstimo concedido pela AKF Genebra no valor de 356.671 Euros para gestão de tesouraria e um valor de 80.000 Euros a pagar à AKF UK.

A rubrica *Outros* inclui um saldo no valor de 1.044.055 Euros relativo a valores de IVA e de ganhos cambiais a um projeto da Fundação Aga Khan Moçambique.

Nota 13. Vendas e serviços prestados

Os rendimentos provenientes de vendas e serviços prestados detalham-se como se segue:

	2020			2019
Vendas e Prestação de Serviços	**ECD**	**K'CIDADE**	**Total**	**Total**
Utentes do Centro Infantil	167.948	-	167.948	228.789
Carta da Diversidade e DLBC Sintra	-	10.136	10.136	46.222
Outros	-	-	-	55.639
Total	**167.948**	**10.136**	**178.084**	**330.650**

O montante correspondente aos utentes do Centro Infantil refere-se às mensalidades pagas pelas famílias das crianças que frequentam os serviços de creche e pré-escolar do Centro Infantil Olivais Sul, as quais tiveram um decréscimo resultante do encerramento do Centro Infantil na sequência das orientações governamentais para fazer face à pandemia. O montante referente à DLBC Sintra inclui receitas de atividades desenvolvidas no âmbito desse projeto. A rubrica Outros incluía em 2019 os valores correspondentes à venda de *memorabilia* e *merchandising* no âmbito das Celebrações do Jubileu de Diamante de Sua Alteza o Aga Khan, facto que já não ocorreu em 2020.

Nota 14. Subsídios, doações e legados à exploração

No âmbito da sua atividade, a Fundação estabelece parcerias com entidades governamentais ao abrigo das quais são formalizados acordos de parceria e protocolos de financiamento que incluem a concessão de subsídios. Esses subsídios caracterizam-se como subsídios de exploração na medida em que estão diretamente relacionados com a atividade operacional e programática da Fundação e financiam ações previamente acordadas pelas partes, constituindo-se por esse motivo como parte dos proveitos reconhecidos e apresentados nas demonstrações financeiras da instituição.

Para além dos financiamentos públicos, a Fundação celebrou outros contratos e acordos com outras entidades privadas e agências não-governamentais.

O quadro seguinte apresenta todos os financiamentos e donativos obtidos ao longo do ano:

	2020			2019
Subsídios	**Portugal**	**Moçambique**	**Total**	**Total**
Sua Alteza o Aga Khan	4.185.533	737.728	4.923.261	8.151.705
Parceiros em Portugal	1.635.554	-	1.635.554	1.074.977
Parceiros em Moçambique	-	3.962.921	3.962.921	5.259.428
Outros	19.434	-	19.434	39.293
Total	**5.840.522**	**4.700.648**	**10.541.170**	**14.525.404**

O quadro seguinte detalha todos os financiamentos e donativos obtidos para a intervenção em Portugal:

	2020						2019
Subsídios	**AKF**	**Research Initiative**	**ECD e Educação**	**KCIDADE**	**Academia Moçambique**	**Total**	**Total**
Sua Alteza o Aga Khan	205.349	685.000	668.911	651.772	1.974.501	4.185.533	7.115.505
SCML	-	-	1.350	-	-	1.350	50.000
ISS	-	-	476.469	-	-	476.469	446.353
CCDR-LVT	11.334	-	-	540.758	-	552.092	31.988
IEFP	-	-	-	-	-	-	13.670
Johnson & Johnson	22.273	-	-	141.060	-	163.333	37.781
ACM	17.594	-	13.183	37.172	-	67.950	120.710
CML - GABIP	-	-	-	-	-	-	112.068
CML - BIP ZIP/Redemprega	-	-	-	20.134	-	20.134	44.089
Projetos Erasmus +	-	-	17.956	-	-	17.956	53.626
CM Oeiras	-	-	-	150.811	-	150.811	92.796
CM Sintra - Idade+	-	-	-	15.614	-	15.614	19.314
REC - Rights, Equality and Citizenship	-	-	-	115.979	-	115.979	33.951
Título de Impacto Social - Portugal Inovação Social	-	-	18.105	-	-	18.105	18.631
Parcerias para o Impacto - Portugal Inovação Social	-	-	-	27.389	-	27.389	-
AKF UK for Schools 2030 Project	-	-	8.374	-	-	8.374	-
Outros fundos	1.483	-	346	17.605	-	19.434	39.293
Total	**258.033**	**685.000**	**1.204.693**	**1.718.294**	**1.974.501**	**5.840.522**	**8.229.775**

Os fundos provenientes de Sua Alteza no valor total de 4.185.533 Euros destinaram-se a financiar os projetos de educação de infância e educação, incluindo o contributo para a gestão do Centro Infantil Olivais Sul e para o Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano, o K'CIDADE, um financiamento destinado à parceria com a FCT – *Research Initiative*, no âmbito de um apoio à investigação e ao desenvolvimento de iniciativas para a melhoria da qualidade de vida de populações em países em desenvolvimento e um financiamento para apoiar a construção da Academia em Moçambique.

No âmbito do K'CIDADE, os valores recebidos resultam do estabelecimento de acordos de parceria e protocolos com diversas entidades públicas e privadas, dos quais destacamos os seguintes:

- CCDR-LVT ao abrigo dos novos Contratos Locais Desenvolvimento Social 4G nos territórios de Vale de Alcântara, Pendão-Queluz, Tapada das Mercês-Algueirão, Serra das Minas, Vale de Chelas e Santa Clara;
- Alto Comissariado para as Migrações, ao abrigo do Fundo para Asilo, Migrações e Integração, no âmbito do qual a AKF Prt desenvolve o projeto Vidas Plurais;
- Johnson & Johnson, para desenvolvimento de trabalho na área dos idosos;
- Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito do Projeto On Oeiras, no bairro dos Navegadores e nos bairros da Outurela, Portela e S. Marçal;
- Financiamento Europeu REC – Rights, Equality and Citizenship Programme, no âmbito do Projeto Diversity at Work;
- Portugal Inovação Social, no âmbito das Parcerias para o Impacto, estando a AKF Prt a desenvolver três projetos – DiversITy, Bytes for Future e Up-Start.

No âmbito do Programa de Educação de Infância, os valores recebidos resultam do estabelecimento de acordos de parceria e protocolos com as seguintes entidades:

- O Instituto de Segurança Social, no âmbito dos Protocolos de Cooperação para a comparticipação por criança no âmbito do desenvolvimento das respostas sociais de creche e pré-escolar no Centro Infantil Olivais Sul;
- Programa Erasmus + que inclui o financiamento ao projeto VALUE;
- Portugal Inovação Social, no âmbito do Título de Impacto Social no qual a AKF Prt é investidora social.

A rubrica *Outros* inclui donativos vários de particulares e de empresas ao Programa K'CIDADE e ao Programa ECD.

O quadro seguinte detalha todos os financiamentos e donativos obtidos ao longo do ano para a intervenção em Moçambique:

	2020					2019
Subsídios	**AKF Moz**	**CRSP**	**IABIL/ OCUA**	**Progresso**	**Total**	**Total**
Sua Alteza o Aga Khan	737.728	-	-	-	737.728	1.036.200
AKF Canada & Global Affairs Canada	-	1.597.107	-	-	1.597.107	2.102.079
Banco Mundial	-	-	-	-	-	461.802
Mitsui & Co Europe PLC	-	3.873	-	-	3.873	32.309
Helvitas - Projeto AMCANE	-	87.683	-	-	87.683	96.626
AKF UK para Fundação La Caixa	-	-	-	-	-	103.305
Camões Instituto	-	4.533	-	-	4.533	-
CCS Global Fund - Projecto TB/HIV	-	724.564	-	388.286	1.112.849	1.246.873
AKF UK para Projeto CBSG	-	-	-	-	-	107.259
Embaixada da Noruega	-	-	493.185	-	493.185	1.109.175
AKF UK para La Caixa	280.193	-	-	-	280.193	-
AKF UK para UE	-	373.465	-	-	373.465	-
Unido	-	10.032	-	-	10.032	-
Total	**1.017.921**	**2.801.257**	**493.185**	**388.286**	**4.700.648**	**6.295.629**

Os fundos provenientes de Sua Alteza no valor total de 737.728 Euros destinaram-se a financiar a estrutura administrativa da AKF Moçambique. Todos os restantes donativos recebidos dos diversos financiadores destinaram-se a financiar os projetos em curso em Cabo Delgado, destacando-se o Programa CRSP que mobilizou cerca de 55% do total dos financiamentos recebidos.

Nota 15. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	2020	2019
Saldo inicial		**56.843**
Compras	-	-
Saldo final	-	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	**-**	**56.843**

Não houve movimentos em 2020 e os ocorridos em 2019 são relativos às regularizações decorrentes do evento de celebração do Jubileu de Diamante de Sua Alteza o Aga Khan ocorrido em 2018.

Nota 16. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos detalham-se como se segue:

	2020					2019
FSE	**Gastos de estrutura**	**Programas Portugal**	**Global Encounters**	**Programas Moçambique**	**Total**	**Total**
Subcontratos	17.834	104.798	-	1.053.988	**1.176.620**	**1.068.740**
Serviços especializados	123.197	251.339	77.452	43.935	**495.922**	**624.920**
Materiais	17.693	25.304	743	105.523	**149.263**	**549.542**
Energia e fluidos	6.917	64.587	-	36.492	**107.996**	**106.990**
Deslocações, estadas e transportes	44.705	10.793	-	239.833	**295.330**	**612.714**
Serviços diversos	115.266	168.364	812	196.998	**481.440**	**444.419**
Total	**325.610**	**625.185**	**79.007**	**1.676.769**	**2.706.571**	**3.407.325**

O quadro seguinte detalha todos os Fornecimentos e serviços externos relativos à intervenção em Portugal:

	2020					2019
FSE	**Estrutura**	**ECD**	**K'CIDADE**	**Global Encounters**	**Total**	**Total**
Subcontratos	-	104.413	385	-	**104.798**	**128.741**
Serviços especializados	72.453	110.221	141.118	77.452	**401.244**	**510.191**
Materiais	12.317	12.586	12.717	743	**38.365**	**28.680**
Energia e fluidos	984	60.883	3.704	-	**65.571**	**58.093**
Deslocações, estadas e transportes	14.425	5.486	5.306	-	**25.218**	**62.322**
Serviços diversos	43.448	62.955	105.409	812	**212.624**	**256.344**
Total	**143.627**	**356.545**	**268.640**	**79.007**	**847.819**	**1.044.371**

A rubrica Subcontratos relativas ao ECD regista os gastos relativos a contratos para o fornecimento das refeições e limpeza no Centro Infantil Olivais Sul.

A rubrica Serviços especializados inclui contratos de prestação de serviços com pessoas singulares e coletivas no âmbito da atividade corrente dos vários projetos.

A rubrica Serviços diversos inclui a contratação de fornecimentos e serviços no âmbito dos vários projetos em curso.

O quadro seguinte detalha todos os Fornecimentos e Serviços Externos relativos à intervenção em Moçambique:

	2020							2019
FSE	**Estrutura**	**CRSP**	**IABIL**	**MASC**	**Progresso**	**ICT**	**Total**	**Total**
Subcontratos	17.834	262.212	31.806	235.384	388.286	136.300	**1.071.822**	**939.999**
Serviços especializados	50.744	38.354	5.581	-	-	-	**94.679**	**114.728**
Materiais	5.375	93.427	12.096	-	-	-	**110.899**	**520.862**
Energia e fluidos	5.933	32.508	3.984	-	-	-	**42.425**	**48.897**
Deslocações, estadas e transportes	30.279	218.139	21.693	-	-	-	**270.112**	**550.392**
Serviços diversos	71.818	175.026	21.973	-	-	-	**268.816**	**188.076**
Total	**181.983**	**819.666**	**97.133**	**235.384**	**388.286**	**136.300**	**1.858.752**	**2.362.954**

Os Programas em Moçambique incluem despesas várias de gestão e desenvolvimento dos projetos, sendo que em Serviços Diversos incluem-se os custos associados aos veículos. A rubrica de subcontratos inclui contratos com parceiros de implementação dos projetos MASC e Progresso.

Nota 17. Gastos com o pessoal

A Fundação contava a 31 de dezembro de 2020 com um total de 194 colaboradores remunerados, 106 em Portugal e 88 em Moçambique, distribuídos pelos vários Projetos da seguinte forma:

	2020	**2019**
AKF Portugal - Administrativo	4	7
AKF Moçambique - Administrativo	15	15
ECD - Programático	48	47
KCIDADE - Programático	54	33
OCUA - Programático	7	0
CRSP - Programático	66	66
IABIL - Programático	0	19
Total de colaboradores	**194**	**187**

Gastos com o pessoal detalham-se como se segue:

	2020	2019
AKF Portugal - Administrativo	745.771	745.844
AKF Moçambique - Administrativo	717.241	972.433
ECD e Educação - Programático	973.750	960.648
KCIDADE - Programático	1.415.129	1.030.762
GE - Global Encounters	-	6.785
CRSP - Programático	1.223.346	1.365.439
IABIL - Programático	264.530	331.760
Total	**5.339.767**	**5.413.671**

Em dezembro de 2020, a composição dos órgãos sociais da Fundação era a seguinte:

Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros:

- Presidente: Príncipe Karim Al Husseini, Sua Alteza o Aga Khan;
- Vogal - Príncipe Amyn Aga Khan
- Vogal – Princesa Zahra Aga Khan
- Vogal – Príncipe Rahim Aga Khan
- Vogal – Jane Piacentini-Moore
- Vogal – Alan Abela

Conselho Nacional, composto pelos seguintes membros:

- Presidente: Carim Jafar
- Membros: Sérgio Barroso, Ana Paula Fernandes, Amin Rawjee, Rahim Firozali Samji

Fiscal Único: PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.

Todos os membros do Conselho de Administração e Conselho Nacional exercem as suas funções a título de voluntariado não remunerado.

Nota 18. Outros rendimentos

Os *Outros rendimentos* detalham-se como se segue:

	2020	2019
Diferenças de câmbio favoráveis	3.221	289.685
Global Encounters	61.337	146.668
Outros	1.712.291	10.377.225
Total	**1.776.849**	**10.813.578**

A rubrica *Outros* inclui financiamento de doadores para custos administrativos dos projetos em Moçambique (338.593 Euros), donativos recebidos no âmbito das comemorações do Jubileu de Diamante de Sua Alteza o Aga Khan (207.480 Euros) e ganhos de capitais (913.925 Euros) provenientes da Fundação Aga Khan Genebra. Estes ganhos de capitais dizem respeito à distribuição dos resultados da pool global de investimentos da Fundação Aga Khan Genebra, a qual, de acordo com as premissas definidas, é reinvestida no fundo de investimento domiciliado em Portugal. Destacamos igualmente em 2019: i) a mais-valia realizada com a venda de um imóvel que a Fundação detinha em Paris, a qual ascendeu a 8.347.182 Euros; e ii) donativos recebidos no âmbito das comemorações do Jubileu de Diamante de Sua Alteza o Aga Khan (1.430.251 Euros).

Nota 19. Outros gastos

Os gastos ocorridos no decurso de 2020 detalham-se como se segue:

	2020	2019
Research Initiative	684.899	684.899
K'CIDADE	148.827	161.726
ECD	28.608	12.407
Centro Norte Sul	-	50.000
GE - Global Encounters	79.120	45.656
CRSP e IABIL	653.134	1.013.103
Academia em Moçambique	1.198.638	16.761
Outros	1.799.105	7.877.128
Total	**4.592.331**	**9.861.679**

- Os gastos do K'CIDADE incluem as ações desenvolvidas pelos parceiros da Fundação no âmbito dos CLDS, em cada território, bem como as ações desenvolvidas pelos parceiros dos projetos FAMI – Vidas Plurais, REC – *Rights, Equality and Citizenship* e Parcerias para o Impacto;

- Inclui também o financiamento à Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do *Research Initiative*;
- O valor de 653.134 Euros referente aos projetos CRSP e IABIL diz respeito a custos associados à formação disponibilizada no âmbito das atividades programáticas;
- O valor da Academia em Moçambique corresponde a ajustamentos cambiais do empréstimo;
- A rubrica *Outros* inclui perdas resultantes do resgate do fundo de investimento referido na Nota 10 (770.831 Euros) e perdas cambiais correspondentes (353.953 Euro), donativos recebidos no âmbito das comemorações do Jubileu de Diamante de Sua Alteza o Aga Khan (207.480 Euro) e ainda um valor de 435.556 Euros referente a diferenças cambiais negativas registadas na Fundação Aga Khan Moçambique devido a variação negativa do Metical ao longo do ano de 2020.

Nota 20. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos no valor de 129.664 Euros (2019: 126.541 Euros) corresponde aos juros do empréstimo de longo prazo concedido à Academia e referido na Nota 7.

Nota 21. Partes relacionadas

A Fundação Aga Khan Portugal faz parte da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento que reúne um conjunto de instituições e agências com objetivos comuns.

Apresentamos de seguida o detalhe dos saldos existentes com partes relacionadas da Fundação Aga Khan Portugal em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Entidades	Saldos a 31.12.2020				Saldos a 31.12.2019			
	Outros créditos a receber		Diferimentos passivos	Outras dívidas a pagar	Outros créditos a receber		Diferimentos	Outras dívidas a pagar
	Corrente	Não corrente			Corrente	Não corrente		
	Nota 7	Nota 7	Nota 9	Nota 12	Nota 7	Nota 7	Nota 9	Nota 12
Partes relacionadas:								
AKF UK	5.671	-	186.673	80.000	-	-	-	80.000
AKF Genebra	3.927	-	-	356.671	6.223	-	-	1.620
AKF Síria	-	-	-	-	1.624	-	-	-
AKES Moçambique	-	12.833.477	-	-	-	11.922.658	-	-
Sua Alteza o Aga Khan	6.218	-	89.100	33.606	-	-	90.761	118.763
AKDN Portugal	118.335	-	-	-	155.814	-	-	-
AKDN Moçambique	-	-	-	93.760	-	-	-	-
AKF Canada	26.771	-	-	-	129.967	-	-	-
AKF Quénia	1.793	-	-	-	-	-	-	-
AKF Egipto	836	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**163.552**	**12.833.477**	**275.773**	**564.037**	**293.628**	**11.922.658**	**90.761**	**200.383**

Entidades	Transações 2020				Transações 2019			
	Subsídios, doações e legados à exploração	Fornecimentos e Serviços	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	Subsídios, doações e legados à exploração	Fornecimentos e Serviços	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos
	Nota 14	Nota 16	Nota 18	Nota 20	Nota 14	Nota 16	Nota 18	Nota 20
Partes relacionadas:								
AKF UK	662.032	-	-	-	210.564	-	-	-
AKF Genebra	-	-	-	-	-	-	-	-
AKF Síria	-	-	-	-	-	-	-	-
AKES Moçambique	-	-	-	129.664	-	-	-	83.844
Sua Alteza o Aga Khan	4.923.261	-	913.925	-	8.151.705	-	-	-
AKDN Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-
AKDN Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-
AKF Canada	1.597.107	-	-	-	2.102.079	-	-	-
AKF Quénia	-	-	-	-	-	-	-	-
AKF Egypt	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**7.182.400**	-	**913.925**	**129.664**	**8.362.270**	-	-	**83.844**

Nota 22. Compromissos e Contingências

Ativos contingentes

A Fundação não apresenta à data do balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ativos contingentes.

Passivos Contingentes

A Fundação tem assinado um contrato de financiamento a favor da AKES Moçambique para a construção de uma Academia em Moçambique, no total de 29 milhões de euros, tendo a esta data já financiado cerca de 12,8 milhões de euros (Nota 7). Este contrato estabelece ainda que, caso venha a ser necessário, a Fundação financiará adicionalmente a AKES Moçambique num valor até 6 milhões de euros para o projeto da Academia - a esta data não temos elementos que nos indiquem que este exfluxo adicional seja provável.

De referir que Sua Alteza o Aga Khan dotou a Fundação dos fundos necessários para o financiamento disponibilizado até à data à AKES Moçambique.

Nota 23. Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Nota 24. Proposta de aplicação do resultado líquido do período

O Conselho Nacional propõe que o resultado líquido negativo do período, no montante de 1.289.429 Euros, seja transferido para Reservas.

Lisboa, 30 de Junho de 2021

O Diretor Executivo
Karim Merali

O Contabilista Certificado
Karim Shamsudin

Fundação Aga Khan Portugal
Avenida Lusíada, 1, 1500-650 Lisboa
Tel.: +351 217 229 000

e-mail: akfportugal@akdn.org
web: www.akdn.org

AKF Portugal, junho 2021

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Aga Khan Portugal (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 46.082.269 euros e um total de fundos patrimoniais de 40.540.243 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.289.429 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Aga Khan Portugal em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

b) elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

30 de junho 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Fundadores,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Fundação Aga Khan Portugal (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Entidade evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o relatório de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

30 de junho de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.